

--- N.º 2/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos seis dias do mês de março de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, para prosseguimento da sessão de vinte e sete de fevereiro do corrente ano, com a seguinte:-

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D) -----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 125,40 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2000, SITA NA RUA FRANCISCO ALVES RODRIGUES (EXTINTA FREGUESIA DE S. SIMÃO DE NOVAIS), ATUALMENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE V.N. DE FAMALICÃO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 7. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 594.216,50€ (QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E DEZASSEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS. (GRELHA E)-----

--- **OITAVO** – APRECIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, DOS DIVERSOS REPRESENTANTES ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DAS DIVERSAS ENTIDADES DE NATUREZA DELIBERATIVA, CONSULTIVA OU DE ACOMPANHAMENTO: -----

- ASSEMBLEIA DISTRITAL, CONSELHO GERAL DO HOSPITAL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE – CIMAVE, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO CENTRO VALORIZAÇÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS, COMISSÃO DEFESA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO MUNICÍPIO V. N. DE FAMALICÃO, CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS, CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO CENTROS SAÚDE) DE FAMALICÃO, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, COMISSÃO MUNICIPAL PEDIDOS INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO ESTABELECIMENTOS COMÉRCIO RETALHO E COMÉRCIO POR GROSSO EM REGIME LIVRE SERVIÇO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS. (GRELHA D)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES-----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS-----**FALTOU** -----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BRUNO SILVA CAMPOS-----
--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----
--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----
--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ-----**FALTOU-JUSTIFICOU**
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS-----**FALTOU**-----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JOSÉ MANUEL PEREIRA FERNANDES-----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----

--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
--- MANUEL MARTINS COSTA-----**FALTOU**-----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA-----**FALTOU**-----
--- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
--- NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----
--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----
--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
--- VITOR TORRES PEREIRA -----
--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período da: -----
-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – informou que tinha recebido um ofício do Presidente da Câmara Municipal dizendo que, contrariamente ao que seria sua vontade, não poderia estar presente nesta reunião, sendo que a Câmara Municipal se faria representar pelo seu vice-presidente Dr. Ricardo Mendes.-----

--- **QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)** -----

--- **ADELINA ORTIGA (PS)** – disse:-----

--- “Repensar o centro da cidade -----

--- A imagem da cidade é fator fundamental para o reforço dos laços identitários da população e para a coesão social. -----

--- Nesta linha de pensamento eu pergunto: será que a recente imagem do nosso centro da cidade reforça os laços da nossa identidade enquanto famalicenses?!.. Somos confrontados com ruas em que grandes lojas fecharam, passeios cheios de buracos e onde o património edificado não é dignificado. Refiro-me em concreto ao edifício Cupertino de Miranda. Em frente a um edifício de referência de Famalicão, são colocadas barracas que em nada o dignificam. Aproveita-se o espaço envolvente para por tudo e mais alguma coisa: como seja o expositor de vidro que lá foi colocado. Açam que enobrece a praça? Pelo que vou ouvindo aquilo não é valor acrescentado, bem pelo contrário. A esse propósito gostaríamos de saber por quanto ficou, quanto custou aos bolsos dos famalicenses?-----

--- Outro reparo é a fonte luminosa, colocada pelo anterior executivo, que à noite embelezava a praça e lhe dava vida, hoje não funciona e até se tapa, aquando dos eventos, como se fosse algo menor.-----

--- É grave dizer-se que o PS em Famalicão está contra os famalicenses e faz oposição por fazer.-----

--- Que obras tem feito esta Câmara para criar condições aos famalicenses? -----

--- A Biblioteca foi construída no tempo do PS; A Casa das Artes é do tempo do PS. -----

--- Estes são dois bons exemplos no meio de tantos que poderia enumerar. -----

--- Esta Câmara pode dizer que fez o quê? Regozija-se com o Parque da Cidade, obra concretizada pelo anterior executivo, e tudo gira à volta deste parque. -----

--- Será que faltam ideias, e bem mais grave que isso, será que não se está a dar conta que estamos a transformar o nosso centro da cidade sem nada para oferecer? O comércio fecha e as pessoas como não têm onde comprar afastam-se cada vez mais do centro. -----

--- É necessário e urgente revitalizar o centro da cidade. Sabemos que a Câmara pode contribuir para isto.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Na continuação deste ponto cinco, nós ainda gostaríamos de acrescentar algumas coisas que nos parecem de alguma forma importantes, a primeira das quais é o considerarmos este limite geográfico e, aliás, na sequência do que aqui afirmamos anteriormente de que este projeto era em alguma medida um projeto arrojado, continuamos a pensar que efetivamente assim o é, mas não podemos deixar de referir um certo condicionalismo de que o mesmo enferma. E, trata-se de sobremaneira do simples facto de não entendermos, aliás da existência de algumas situações concretas em que há uma espécie de prolongamento que não entendemos, já o dissemos da última vez que cá estivemos, quando abrange o edifício da antiga empresa Reguladora, quando abrange por exemplo uma ponta junto ao viaduto da Senra, e, portanto, se assim foi considerado, também então achamos que deveria considerar-se um pouco mais, dado que áreas adjacentes a estas que acabo de referir e não só, são de longe muitíssimo mais necessárias de intervenção, necessitam de mais intervenção, necessitam de mais estímulo, que é disto que fundamentalmente se trata, para portanto essa mesma recuperação e reabilitação urbana. -----

--- A consideração que queremos fazer e a chamada de atenção que queremos aqui assim realçar, é que, como também aqui já outros senhores deputados o disseram, é que, por exemplo, aqui a chamada zona tradicional de Mões, a zona de Bairro S. Vicente, a zona da Castela em Calendário, a zona de Rorigo, a zona de Castanhal Brufe, zonas que não estão abrangidas neste plano, pensamos que é lamentável que o projeto não tenha considerado estas áreas! E achamos que isto é lamentável, até por uma simples razão, é que de alguma forma, parece-nos muito caricato, olhando até para o simples mapa que é perceptível algo extraordinário, que é a limitação, permite a um dos lados corporizar, digamos assim, este

projeto, e imediatamente do lado adjacente, com zonas extremamente a precisar de boa intervenção algumas das quais degradadas e que necessitavam dessa intervenção e desse estímulo relativamente ao IMI, não são contempladas! Nós quase que seremos obrigados a pensar que houve aqui alguma premeditação em fazer isto. E, gostaríamos de ouvir da vossa parte, sobretudo da Câmara Municipal, mas naturalmente dos senhores deputados, que dissessem algo sobre isto, porque continuamos de facto a pensar seriamente que, ou temos um projeto arrojado e queremos e que defendemos que seja arrojado, mas que vá um pouco mais além daquilo que contempla, ou então ficamos ainda mesmo assim, aquém e além do mais a praticar uma grande injustiça àqueles munícipes que naturalmente os imóveis necessitam de intervenção e era uma boa ajuda a isenção de IMI no que diz respeito a esses mesmos prédios com mais de trinta anos, com quarenta, com cinquenta e mais anos, a necessitar de intervenção, certamente com disposição dos próprios munícipes de o poderem fazer, mas que aqui não deixaremos de dizer a uns é-lhes permitido, é-lhes dada a possibilidade de o fazer de uma forma naturalmente mais económica, porque isentando-os de IMI lhes permite de uma forma muito mais aligeirada, avançar para essa mesma recuperação, e a outros que de facto estão a dois metros, digamos assim, da fronteira, não lhe permitir! Portanto, gostaríamos de ouvir naturalmente a Câmara Municipal, referir-se, a razão de ser desta diferença, porque achamos que na verdade que aqui também é importantíssimo que se faça justiça, porque nos parece que neste momento essa mesma justiça no seu ponto de vista de a uns se permitir e a outros imediatamente ao lado não lhes ser permitido isso, pensamos que de facto estamos a tempo ainda de poder corrigir ou de a Câmara vir a reconsiderar melhor este projeto.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (RICARDO MENDES)** – disse:-----

--- “Ouvi atentamente o senhor deputado relativamente a esta matéria, e julgo que o esclarecimento do senhor Presidente da Câmara foi transparente dentro de um documento técnico como este é, que reveste sobre a delimitação da área em que é permitido fazer a reabilitação da área urbana de Famalicão. É permitido não, a reabilitação é permitida fazer em todo o concelho, mas nesta área em concreto, são enumeradas nesta proposta várias vantagens, inclusive que se centram mais na questão da redução do IMI, para aqueles que

eventualmente investirem na reabilitação desses edifícios. Esta delimitação tem em muitos pontos da mesma, divisões, não é de um metro, nem de dois metros, estão divididas quer por vias, quer por alguns elementos naturais até, e equipamentos da Câmara Municipal que delimitam a área onde é possível aceder a esses benefícios e as outras áreas. Mas se fossemos a alargar e a ter aqui um critério de justiça, não obedecíamos àquilo que está previsto dentro, pelo menos de uma forma razoável àquilo que está previsto para estas áreas de delimitação urbana. Portanto, é óbvio que algumas situações deste género como em tudo e como em qualquer documento técnico desta natureza, poderão criar situações menos, não admito que sejam menos justas, mas que eventualmente permitam oportunidades para uns e menos oportunidades para outros. Sendo que teríamos que alargar seguramente isto a todo o concelho e não estávamos a delimitar nada, nem estávamos eventualmente a promover estes apoios a quem de facto ao casco urbano da cidade que é para isto que esta proposta serve concretamente. É isto que lhe tenho a dizer.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Contrariamente àquilo que tinha prometido na anterior sessão, acabei por intervir, porque também temos mais tempo e já que cá estamos, darei a minha pequena achega, o Bloco de Esquerda dará esta pequena achega. -----

--- A questão da reabilitação urbana, poderíamos dizer que é uma velha bandeira do Bloco de Esquerda. Foi provavelmente dos primeiros partidos, já nos primórdios da dita crise e da dita crise da construção civil, a invocar esta necessidade, não só pelo lado económico dessa intervenção, porque permitiria que se mantivessem postos de trabalho, atividade de empresas na área da construção civil, como os próprios cascos urbanos de algumas cidades, felizmente, até porque o nosso município é um município de urbanização recente, em que o decorrer dos anos, das dezenas de anos não se faz sentir tanto, aqui não será uma questão essencial. Sê-lo-á certamente, como bem sabem, em cidades da dimensão de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, etc., etc.. -----

--- Nesse aspeto achamos essencial que este plano nacional também se adeque à nossa realidade local, porque quer queiramos, quer não, há zonas da cidade e não só da cidade, que merecem incentivos para que os proprietários os reabilitem, não só pelo lado da

dinamização da atividade na construção civil que isso permite, mas também como forma de sustentabilidade do próprio espaço e do bom viver das comunidades. -----

--- Há um senão relativamente a este plano, que é o senão de quase todas as fronteiras. Quando se estabelecem fronteiras, perguntámo-nos por que é que do outro lado da rua, os proprietários de um lado da rua têm incentivos na isenção de IMT, IMI, etc., e os senhores que estão do outro lado da rua perguntam-se por que é que eles não podem beneficiar desses incentivos? E isso, apesar de ser incontornável, há sempre uma fronteira, há sempre um delimitar de território, eu penso que as fronteiras aqui deveriam ser o mais inclusivas possível! Quer dizer, tentar fazer com que determinadas zonas deste núcleo urbano que nós falamos, sejam incluídas, sejam trazidas para dentro deste plano. Isso parece-me que é o ponto menos simpático de todo este projeto. Quer dizer, há aqui certamente uma questão de revisão de quais as delimitações, qual a melhor fronteira para integrar territórios que também seriam possíveis de incluir aqui. “ -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Era só para agradecer o esclarecimento do senhor vice-presidente, mas de facto não ficamos convencidos, dado que se trata, digamos assim, de uma forma de escapar à questão fundamental. Na verdade, estamos perante uma situação que nos parece vir ao encontro mais de favorecer alguém nestas situações de prolongamento, do que propriamente se ter em conta as verdadeiras necessidades dum conjunto de munícipes. E, portanto, a zona de fronteira tanto pode ser a rua como está aqui delimitada, como pode ser também o incluir a margem esquerda ou direita da mesma rua. Não é aqui isso contemplado, parece-nos que de facto isso é uma explicação que a nosso ver não colhe.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Eu devo dizer que nós vemos sempre com alguma insatisfação, não diria desconforto, mas com alguma insatisfação, estas que vão sendo recorrentes tentativas de lançamento, suspeições por tudo e por nada. Eu percebo, nós percebemos que possam subsistir dúvidas na análise dos documentos e das propostas que são apresentadas, as dúvidas tem todo o cabimento de serem colocadas, mas julgo que mais do que isso, não me parece correto. Ademais, porque estamos a falar de um documento, que eu saiba não é aplicado a cidadãos famalicenses com uma determinada cor partidária, não me parece que a Câmara Municipal e

os seus serviços tenham andado a perguntar casa a casa, o senhor é militante do PSD, do CDS-PP, do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista, é que se for do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda ou do Partido Socialista, já não fica. Bom, eu acho que ninguém acredita que isso fosse possível de acontecer e, portanto, me parece que essa acusação, essa suspeição de facto merece e tem de merecer a nossa censura. -----

--- Mas, senhor deputado, para não fugir àquilo que é importante e depois de feita esta referência, para lhe dizer o seguinte: coloca a questão, por que é que a fronteira vai até aqui e não vai até acolá? Essa é uma questão, como disse o senhor deputado do Bloco de Esquerda, e bem, Paulo Costa, essa era uma questão que se iria colocar sempre. Agora, por que é que a fronteira vai até aqui e não vai até acolá? Olhe, eu vou-lhe explicar porquê: primeiro, levando em linha de conta aquilo que é a noção plasmada no regime jurídico de reabilitação urbana sobre aquilo que é áreas de reabilitação urbana. O senhor deputado lê a definição, eu só não o farei por falta de tempo, lê a definição e encontra logo aquilo que pode ser uma área de reabilitação urbana, o que é que lá deve conter e o que é que não deve lá constar. Depois se tiver o cuidado, a Câmara Municipal faz uma descrição detalhada sobre os critérios que subjazem exatamente à definição deste mapa. E quais são senhor deputado? São quatro, quatro critérios: -----

--- 1.º Critério: centralidade. O que fica incluído dentro da área urbana, aquilo que são os espaços que podem se enquadrar naquilo que é designado por a sua natureza multifuncional da área o que são a existência do comércio, serviços e equipamentos coletivos e, naturalmente integrados na existência de uma malha urbana estruturada e consolidada.-----

--- 2.º Critério: Valor. Ou seja, todos os edifícios têm o mesmo valor? Não! Para este efeito são aqueles edifícios que são ativos culturais ou simbólicos que fazem parte da história e da identidade municipal. E, por isso é que alguns dizem: por que é que está aquele edifício, por que é que está aquela construção no outro lado da rua e só está aquela? Olhe senhor deputado, algumas delas cai exatamente neste critério chamado valor. -----

--- 3.º Critério: Degradação e desadequação, ou seja, são aqueles edifícios que observando ou se enquadrando também, ou se podendo enquadrar nos outros dois primeiros critérios, apresentam sinais de degradação ambiental do espaço edificado e do espaço público.-----

--- 4.º Critério: Perspetivas de projetos estruturantes. Ou seja, também ficaram incluídos aqueles edifícios que se possam integrar em zonas com maiores perspetivas de investimento público, mas também investimento privado. Olhe, por exemplo, por que é que está aqui o estádio municipal e toda aquela zona, exatamente por quê? Porque são aquelas que têm um elevado valor de investimento público” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a seguinte declaração de voto:-----

--- “Nós teríamos naturalmente que justificar a nossa aprovação, porque dissemos no início e continuamos a pensar, que este projeto, apesar de conter condicionalismos, apesar de conter situações que nos parecem de alguma forma difíceis de se poder com alguma injustificação no que diz respeito, nomeadamente ao abranger a Reguladora, ou abranger uma ponta final junto ao que foi antigamente a Fibrosom, nomeadamente estes casos, mas também não ir um pouco mais longe, abrangendo como se disse aqui, o Bairro S. Vicente e particularmente longe. Já agora há casos muito concretos em que numa avenida de um lado há essa possibilidade de ficarem isentos e do outro já não há. Pensamos que tudo isto podia ser melhor aligeirado, poderia ser algo a corrigir e, portanto, pensamos que esta declaração de voto tem a sua importância, na medida em que podia pairar no ar a ideia de que o facto de que discordarmos em boa medida de algumas incorreções a nosso ver e algumas injustiças, porque elas de facto estão lá, que não iríamos votar a favor. Nós pensamos que o projeto em si é um projeto de facto importante aqui para a zona do Município e, portanto, queremos ressaltar essa questão e para que não haja aqui quem pense que o PCP que tem uma postura radicalista e do vota abaixo, mais uma vez fica aqui bem claro que não é o caso.” -----

--- **SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 125,40 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A**

EMIÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2000, SITA NA RUA FRANCISCO ALVES RODRIGUES (EXTINTA FREGUESIA DE S. SIMÃO DE NOVAIS), ATUALMENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE V.N. DE FAMALICÃO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 7. (GRELHA E) -----

--- DOMINGOS COSTA (CDU) – disse: -----

--- “Da nossa parte não vamos naturalmente perder muito tempo com esta questão. Ela tem vindo de quando em vez aqui à Assembleia. É mais uma proposta que a nosso ver nos parece ser lamentável e, já agora, porque não dizê-lo, gostaríamos de ouvir o senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Ruivães e Novais, quanto à impossibilidade de porventura aproveitar esta pequena parcela de terreno para algo que, enfim, não só em teoria, mas da própria zona concreta, pudesse fazer uso, proveito, desta pequena parcela de terreno que é do domínio público, e que a nosso ver, o ser por si só, o ser uma parcela relativamente pequena que entre aspas terá sobrado, não terá ficado devidamente numa situação de se poder alienar na altura e ficou entregue ao domínio público, por que é que o senhor presidente da Junta não nos dá e gostaríamos de o ouvir, não nos dá uma explicação, nem que seja sumária, na medida em que achamos que era extremamente importante aproveitar-se estas e outras situações, exatamente para criar pequenos espaços que às vezes faltam nestas zonas. Esta parece-nos ser uma zona habitacional relativamente nova, portanto não sabemos em rigor se se trata de uma grande zona habitacional, não nos parece que seja. Em todo o caso este desiderato gostaríamos de o deixar ficar, por forma a que pudéssemos ouvir o senhor presidente da junta quanto a esta matéria.” -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 125,40 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMIÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2000, SITA NA RUA FRANCISCO ALVES RODRIGUES (EXTINTA FREGUESIA DE S. SIMÃO DE NOVAIS), ATUALMENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE V.N. DE FAMALICÃO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 7, FOI A MESMA APROVADA POR

MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.-----

--- **SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 594.216,50€ (QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E DEZASSEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS. (GRELHA E)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (RICARDO MENDES)** – apresentou o documento. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Sobre esta proposta a CDU entende que neste tipo de situações é sempre importante o investimento, e neste caso o investimento e o enriquecimento do património para o município, achamos portanto, que esta proposta é boa para termos um património mais enriquecedor, embora, naturalmente que gostaríamos de saber um pouco mais sobre esta parte que diz respeito à Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Ruivães, onde é referido a cedência.-----

--- Naturalmente que gostaríamos de ouvir o senhor vice-presidente referir-se a isto, onde é referido a cedência de 3.728 m² para espaços verdes e outras cedências 6.700. O que é que neste caso muito concreto, pensa a Câmara fazer relativamente a este espaço, dado que de momento não temos informação sobre isso, portanto, gostaríamos de ouvir algo de esclarecedor sobre esta matéria.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (RICARDO MENDES)** – disse:-----

--- “Relativamente às questões que o senhor deputado me colocou, não julgo que tenham direta relação com esta mesma proposta. Como lhe refiro, esta proposta é usual vir todos os anos. Contempla a necessidade legal da Câmara o fazer. Quanto a essas questões muito particulares, refiro-lhe que não estou preparado para lhe responder às mesmas, não me dotei de elementos para lhe poder responder de uma forma muito concreta às mesmas.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Apenas para procurar, também não conhecendo o processo em concreto do loteamento, do licenciamento urbanístico, mas também procurar ajudar a encontrar a resposta possível.--

--- Como sabe, sempre que há uma operação urbanística, há dois tipos de cedências, ou poderá ocorrer dois tipos de cedências para o domínio público. Uma é aquela que está prevista claramente no PDM e diz: por cada determinada área de construção, existe obrigatoriamente uma área de cedência para o domínio público, para espaços verdes e equipamentos. Portanto, regra geral até são parcelas com alguma dimensão e, seria desejável que todas elas fossem contíguas, ou seja, não fossem espalhadas. Mas depois, há todo um conjunto de cedências ao domínio público, que não se prendem com esta primeira categoria. E quais são? Os arruamentos, os passeios, as pracetas. Podem, nomeadamente os arruamentos e os passeios, regra geral integram-se nas outras cedências ao domínio público. Não estou em condições de quantificar cada uma delas neste caso concreto porque não conheço, mas do ponto de vista estritamente jurídico, é esta uma explicação mais do que plausível.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Com esta explicação, ficamos praticamente a saber o mesmo. Mas já agora dizer o seguinte:-----

--- É que é uma área do cômputo geral, convenhamos, isto não é uma área pequena, isto é o equivalente a um campo de futebol, são 10 mil metros quadrados! Portanto, não é uma área de 43 ou de mil e quinhentos metros, é uma área grande. É por isso que nós gostaríamos de ter um pouco mais de explicação sobre esta matéria, um pouco mais, quanto mais não seja, um gesto simbólico! Era só isto, para não ser radical.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (RICARDO MENDES)** – disse:-----

--- “Relativamente a esta matéria, nós poderemos estar aqui, eventualmente poderíamos nas próximas reuniões trazer a explicação, mas o que está aqui em causa é a quantificação da área. O senhor deputado, Jorge Oliveira veio aqui referir que sim senhor, há qualquer operação urbanística, houve um loteamento, que é obrigatório ou a cedência do terreno, ou eventualmente o pagamento da cedência obrigatória, se eventualmente não existir uma outra opção urbanística por parte do promotor desse loteamento. Esta proposta, como lhe refiro, é apenas para quantificar essas áreas de cedência! Eu não lhe vou responder, e aliás o senhor deputado Jorge Oliveira referiu-o, há uma diferença entre referir ou concretizar para que é que são determinadas cedências, e outras que são cedências comuns para os equipamentos necessários para que exista uma obra de urbanização, quer onde se instalam os PT's, quer as ruas, quer os passeios, baías de estacionamento, tudo isso fazem outras. E há determinadas áreas dessa cedência, que são por si só, e por opção também do promotor do loteamento e pela génese do mesmo, que são definidas como áreas concretas para espaços verdes, pra equipamentos. É assim desta forma, não lhe posso explicar melhor, porque não há melhor explicação.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 594.216,50€ (QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E DEZASSEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a seguinte declaração de voto:-----

--- “O nosso voto favorável, naturalmente é porque achamos, como dissemos, que é algo que nos parece importante para o município, o enriquecimento do seu património, e é nesse

sentido. Pese embora a explicação dada, não fosse no sentido daquilo que nós gostaríamos de saber mais um pouco, mas fica portanto aqui uma vez mais a nossa posição de votar favoravelmente uma proposta deste género, porque o PCP não é radical.”-----

 --- **OITAVO** – *APRECIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, DOS DIVERSOS REPRESENTANTES ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DAS DIVERSAS ENTIDADES DE NATUREZA DELIBERATIVA, CONSULTIVA OU DE ACOMPANHAMENTO:*-----

- *ASSEMBLEIA DISTRITAL, CONSELHO GERAL DO HOSPITAL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE – CIMAVE, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO CENTRO VALORIZAÇÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS, COMISSÃO DEFESA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO MUNICÍPIO V. N. DE FAMALICÃO, CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS, CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO CENTROS SAÚDE) DE FAMALICÃO, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, COMISSÃO MUNICIPAL PEDIDOS INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO ESTABELECIMENTOS COMÉRCIO RETALHO E COMÉRCIO POR GROSSO EM REGIME LIVRE SERVIÇO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS. (GRELHA D)*-----

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA SANTA MARIA (DELFIN ABREU)** – disse:-----

--- “Dispunha o Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro, que enquanto não estivessem instituídas, em concreto, as regiões administrativas subsistiria a divisão distrital. -----

--- Estipulava ainda aquele mesmo diploma legal que, em cada distrito, deveria existir uma assembleia distrital com funções deliberativas, composto, entre outros, por dois membros de cada assembleia municipal, devendo um deles ser o respetivo presidente ou o seu substituto e o outro eleito de entre os presidentes de junta de freguesia.-----

--- Foi nesse contexto que ocorreu a minha eleição.-----

--- Ainda no âmbito do referido Decreto-Lei as assembleias distritais teriam, anualmente, pelo menos, duas sessões ordinárias, em março e dezembro, destinadas, respetivamente, à aprovação do relatório e contas do ano anterior e à aprovação do plano de atividades e orçamento para o ano seguinte. A assembleia distrital poderia ainda reunir extraordinariamente nos termos do seu regimento. -----

--- Feita esta introdução compete-me dizer que nunca fui convocado para qualquer reunião ordinária ou extraordinária. Mais, tanto quanto me é dado a conhecer no caso concreto do Distrito de Braga nunca a mesma reuniu, pelo menos desde 1991.-----

--- Já mais recentemente foi publicada a Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, que aprovou o novo regime jurídico das assembleias distritais, que haveria de entrar em vigor no dia 1 de julho de 2014. -----

--- Segundo o novo regime jurídico a assembleia distrital reunirá, quando pelo menos um terço dos seus membros o solicite ao presidente da mesa da assembleia distrital ou, até à eleição do mesmo, ao presidente da assembleia municipal do município com maior número de habitantes. -----

--- Também desta feita e por esta via a assembleia distrital de Braga nunca reuniu, nem nunca para tal fui convocado. -----

--- Saliente-se, por último, que a nova lei tem a particularidade de conferir às assembleias distritais unicamente poderes de gestão interina, ou provisórios, obrigando-as a encetarem o procedimento de transição das universalidades de que são compostas, ou seja, as situações jurídicas patrimoniais ativas e passivas, materiais e imateriais de que as assembleias distritais são titulares e os vínculos jurídico-laborais em que as mesmas são a entidade empregadora. -----

--- Na verdade, no prazo de 120 dias que já terminou, as assembleias distritais apenas tem capacidade de administrarem os seus bens até à conclusão do referido processo de transferência, altura em que, apesar de juridicamente continuarem a existir, estão despidas de quaisquer poderes, o mesmo é dizer que foram extintas, apesar de não o terem sido porque a tanto o legislador está obrigado a uma revisão constitucional.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “É claro que nós, grosso modo, pensamos que o conjunto destes relatórios, são muito pouco no que diz respeito àquilo que pensávamos vir a obter do trabalho das mesmas comissões, ou pelo menos do ponto de vista subjetivo destes membros das comissões, achamos que é manifestamente pouca a informação que é dada. Por outro lado, a que é dada, prende-se mais com questões técnicas, ou se quisermos, tecnicistas. -----

--- É por isso que em boa medida, esta Assembleia, acho eu, deveria ouvir um pouco mais esses membros, ou lendo o relatório, ou indo um pouco mais longe, porque da leitura do relatório todos nós o temos e, portanto, apreendemos o que lá está escrito, mas há aqui alguns aspetos que o nosso dever, deveriam ser um pouco mais especificados. Por exemplo: a razão por que, entre outras, a Assembleia Distrital e outras que aqui estão, o Conselho Municipal da Cultura e da Comissão Municipal dos pedidos de instalação e modificação estabelecimentos de comércio a retalho não reúnem. O que é que faz com que de facto estas comissões não reúnem e designadamente, já agora esta da comissão municipal dos pedidos de instalação e modificação dos estabelecimentos comerciais a retalho, tem a sua importância a Assembleia ter um conhecimento do que efetivamente se passa, quanto mais não seja, uma perspetiva do seu ponto de vista subjetivo de como anda o comércio local, como é que anda a vida da pequena e média indústria e do pequeno comércio, nem que seja de facto do ponto de vista subjetivo de um deles. -----

--- Por outro lado, também achamos no que diz respeito aqui às questões que se relacionam com a comissão de acompanhamento da educação, gostaríamos também aqui de saber, e até mesmo da de proteção de crianças e jovens, se tem algum conhecimento da razão de ser daquilo que foi há relativamente pouco tempo, de um acontecimento trágico nesta cidade, de um aluno que, cremos nós, se terá suicidado, e que aqui neste relatório é omissa em relação a isso. Há quem diga que terá sido por uns motivos, há quem diga que terá sido por outros motivos. É um aluno cuja residência é da zona da minha freguesia, digamos assim, quem conhece aquela zona ali da polícia e padaria Bastos, eu não sei exatamente qual é a morada dos pais, mas este é um caso pontual, foi um caso trágico que assustou verdadeiramente aqui o meio escolar, que pôs numa situação extremamente dramática um conjunto de colegas desse mesmo aluno e naturalmente dos próprios pais. Portanto, estas e outras situações, gostaríamos de saber um pouco mais sobre as razões porque isto acontece na sociedade

famalicense, se não estamos porventura numa situação em que a chamada competitividade vai tão longe ao ponto de...e, portanto todos nós temos de parar para refletir nalguns aspetos, porque de facto nem sempre é possível ter mão nestas situações, mas a sociedade tem que ter alguma sensibilidade para determinado tipo de situações que talvez existam em demasia e a sociedade pode sofrer com isso, porque um dos estigmas que pode ter de facto um miúdo, é também este, é o facto de não ser o melhor da turma. e poder ser, enfim, uma pessoa, marginalizados. Portanto, este é um problema que surgiu ultimamente. -----

--- Achamos que as outras comissões, também, a nosso ver, poderiam dizer as razões pelas quais não estão em funcionamento completo, ou porque e só porque se limitaram a trazer aqui o cômputo das reuniões que houve e pouco mais.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, eu julgo que o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, não trata de casos concretos. E isso não é sequer uma criança que estivesse sinalizada, e que portanto tivesse acompanhamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, portanto, não pode constar sequer do relatório, parece-me, mas enfim isso é uma nota que fica.” -----

--- **FIRMINO COSTA (PSD)** – disse:-----

--- “Aproveitando a análise ao funcionamento dos diversos Conselhos existentes, gostaria de aqui trazer uma sugestão no que diz respeito às CIM’s.-----

--- Enquanto jovem, enquanto agente de mudança de futuro, gostaria de sensibilizar esta assembleia e todos aqueles que têm assento na CIM, para uma questão que me parece ser pertinente para o momento. -----

--- É hoje inquestionável que os principais vetores estratégicos de desenvolvimento e crescimento dos Concelhos e de toda uma Região são decididos nas Comunidades Intermunicipais (CIM). A criação das CIM’s veio colmatar esta necessidade de pensamento conjunto, da simbiose de esforços, da partilha de projetos e equipamentos estruturantes para a mesma área geográfica e respetiva população. -----

--- Olhando para o exemplo dos Conselhos Municipais de Juventude que se tornaram espaços democráticos, onde os jovens têm a possibilidade de influenciar a elaboração de

melhores políticas concelhias, de levar as suas reivindicações até aos poderes constituídos e desta forma serem eles também sujeitos ativos do processo político. -----

--- Devido a toda esta importância e Olhando ao facto das Comunidades Intermunicipais ainda não contemplarem um órgão consultivo juvenil, apesar da Lei nº8/2009 de 18 de fevereiro, na sua redação atual, referir no artigo 14º que “os conselhos municipais de juventude podem estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude.”,-----

--- a Juventude Social Democrata gostaria assim de lançar o repto para que se fomente esta forma de participação ativa jovem num órgão que estou certo que no futuro ganhará ainda mais importância, onde a cooperação entre as diversas regiões marcarão o desenvolvimento económico e social local. Por isso, pensamos que os jovens não podem ficar alheios a este processo de evolução das Comunidades Intermunicipais. -----

--- Esta é uma proposta que gostaria de deixar aqui, num processo de sensibilização para o futuro daquilo que é o funcionamento das nossas Comunidades Intermunicipais”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Relativamente ao relatório da Comissão de acompanhamento de revisão do Plano Diretor Municipal, gostaríamos de saber qual o parecer, ou se é possível dizer-nos algo sobre esse parecer final, no mínimo esta questão parece-nos que era bom sabermos desse mesmo parecer, não é portanto assim referido. -----

--- Relativamente à do Conselho Municipal de Educação, colocar aqui esta questão, também não é de hoje e continua para nós a ser pertinente. Nós discordamos de facto que as escolas, como se diz aqui, devem fazer a sua oferta baseadas nas necessidades formativas do tecido empresarial do concelho. Pensamos que isto é algo que é do passado. A educação não deve andar a reboque das empresas, pelo contrário, deve haver é isso sim, isso poderá naturalmente ser tido em conta, que é haver a permuta e a ligação entre a escola e a sociedade em geral e a empresa das questões que importe por vezes ser tidas em conta, mas não, portanto, o dinheiro o mercado a colocar, a colocar-se em vanguarda, digamos assim, em relação ao ensino. Discordamos, portanto, desta forma, a nosso ver, é uma forma ideológica de colocar a questão, e sobre isso também dizer e não é demais dizê-lo, que a autarquia a nosso ver, despende de verbas com educação que são bastante úteis ao município

noutras áreas que são importantes, dado que, nesta área, a área de educação, deve ser um vetor importante a ser tido em conta pelas instâncias governativas e não, como nós defendemos aliás, e não pelo município que tem muito e certamente terá muito onde aplicar os dinheiros e esta parte naturalmente que continuamos a pugnar-nos por isto, deve ser da competência do próprio governo e não da autarquia local, que muita falta naturalmente lhe fará noutras vertentes as importâncias a despenderem nestas áreas, sem naturalmente prejuízo de nalgumas situações ligadas à educação, poder apoiar como é evidente, mas esta parte assumir praticamente esta parte como sendo algo da sua competência, ainda por cima com a transferência de verbas que não existe ou praticamente não existe para esta vertente, pensamos que de facto assumir responsabilidades sem daí ter as devidas contrapartidas, as devidas transferências de verbas, pensamos que de facto não faz qualquer sentido.” -----

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE RIBA DE AVE (SUSANA PEREIRA)** – disse: -----

--- “Eu queria apenas e como representante no Conselho Municipal de Educação, refletir um bocadinho sobre o que o senhor deputado disse. As escolas não podem estar de forma alguma desligadas do tecido empresarial do concelho, nem do concelho, nem da região. O Conselho Municipal de Educação também é um órgão consultivo, onde estão representados pais, professores, forças de segurança e, por isso, estão ali representadas opiniões completamente diversas e as decisões que dali saem, têm sido tidas em conta pelo senhor vereador e congratulamo-nos com isso. -----

--- Queria também salientar do relatório que apresentei, que no que diz respeito ao apoio que o município decidiu neste ano letivo com o acrescento do quarto escalão e o apoio às famílias com mais que um filho, que é uma inovação, e que foi muito bem recebida por todas as famílias, principalmente as que tem mais que um filho, e que pode contribuir em muito para a melhoria da educação no concelho. -----

--- Por fim, eu queria apenas só salientar, que o Conselho Municipal de Educação é o sítio onde se faz uma partilha que é um ponto fulcral, é preciso dar atenção às escolas e sem com isso esquecer as famílias. Só envolvendo as famílias é que podemos ter verdadeiro sucesso das escolas. A importância da formação à medida, e as escolas têm que ser dinâmicas para não serem ultrapassadas e a necessidade de induzir novas necessidades de formação. Na educação o trabalho tem que ser feito em parceria.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “É só para lembrar que a Constituição Portuguesa prevê que o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico e insular e os princípios da subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e a descentralização democrática da administração pública. E a descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional, da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Queria dizer isto para de facto referir mais uma vez que estas questões têm muito a ver naturalmente com os direitos que devem assistir a todos os indivíduos de uma forma igual para todos. -----

--- Relativamente às questões das escolas profissionais, pensamos que infelizmente elas não são mais do que uma forma, infelizmente digo eu, de uma forma de aproveitamento por parte do mercado, de colocar os seus trabalhadores a ganharem praticamente o salário mínimo nacional, que infelizmente é isso que se passa.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Foi nos finais do mandato de 1997/2001 que por proposta do grupo municipal do PSD, se procedeu pela primeira vez nesta Assembleia, ao agendamento de um ponto específico para tratar e cuidar, aquilo a que designados já na época, relatórios dos diferentes representantes do órgão deliberativo do município em diversos organismos do Estado, quer da Administração Central, quer da Administração Regional, quer da Administração Local. --

--- Eu gostaria de dizer que há época, e em nome também da verdade e do rigor, que esta mesma proposta do grupo municipal do PSD, obteve sem qualquer reserva, o apoio e a adesão dos partidos também há época que estavam na oposição, nomeadamente o Partido Comunista Português, claro o CDS-PP, mas também a adesão do Partido Socialista que há época geria os destinos do município. Já na altura se entendia que esta metodologia e estes elementos destas matérias eram importantes por três ordens de razões: por uma questão de princípio da transparência daquilo que é o funcionamento dos organismos do Estado, por um princípio da prestação de contas que deve incidir sobre qualquer agente político em representação de um qualquer órgão eleito, e também em princípio de algo que a todos julgo

que nos deve motivar que é o princípio da dignificação e da valorização desta Assembleia Municipal. -----

--- De facto, por força dessa proposta, mais tarde incluída no regimento, e aqui foi incluído no regimento já por iniciativa, e posso falhar, mas julgo que foi ou do Partido Comunista ou do Bloco de Esquerda, que a mesma passou a ter consagração regimental. Esta curiosidade faz com que nós nos distingamos dos restantes municípios aqui à nossa beira. Eu não sei se tiveram a curiosidade de algum dia fazer uma análise dos outros regimentos dos outros municípios, e ao nível do nosso distrito, não encontram nenhuma que tenha esta disposição, que preveja exatamente este tipo de agendamento. E eu julgo que não haverá muitas, se é que existem alguma nos municípios. Portanto, acho que quando estivemos bem no mandato de 1997/2001, julgo que aquilo que na altura presidiu ao agendamento e aquilo que continua a presidir no nosso regimento, faz todo o sentido. É evidente que não é na nossa perspetiva este agendamento não visa propriamente saber se o representante foi a todas as reuniões, se faltou, não é nessa perspetiva que encaramos esta proposta e este agendamento. Também não é apenas para fiscalizarmos, se o organismo onde estamos representados, ele funcionou devidamente, se cumpriu aquilo que são as suas competências e atribuições. É muito mais do que isso! É o acompanhamento, também desses órgãos, mas numa perspetiva positiva, ou seja, o que se pretendia com este agendamento, é que fosse possível trazer para dentro desta casa, um debate político sobre as matérias que lhe estão adstritas a cada um desses organismos. Mas não apenas um debate político, mas um debate, também, de propostas para o futuro. E, aqui, discordando em absoluto das considerações que o senhor deputado Domingos Costa elaborou a propósito de matérias relativas à educação e à descentralização de competências, discordando em absoluto também com a análise que fez relativamente à Comissão de Proteção de Jovens, nomeadamente porque invocou factos que devem ser de reserva e de sigilo, mas sem embargo essa minha e a nossa reserva quanto a essa parte, e discordando naturalmente das suas considerações que fez a respeito do demais, devo dizer que o fez com toda a oportunidade. É exatamente para isso, para discutirmos! E por isso é que nós sentimos discordando dos argumentos, concordamos em absoluto com a oportunidade da sua discussão, e que fique aqui bem claro. E por essa razão, também, é que eu queria aqui deixar e o meu grupo municipal, também uma palavra de agradecimento, se

isso é possível, como pelo menos de saudação, a todos aqueles que representam esta Assembleia Municipal. Eu julgo que o tem feito com grande dignidade naqueles que funcionam bem e naqueles que funcionam menos mal, sendo certo que a responsabilidade não é atribuída a nenhum dos representantes, sejam eles deputados ou presidentes de junta. E isso, julgo que ficou claro senão desta discussão, pelo menos dos relatórios que foram apresentados e da leitura que podemos fazer dos mesmos. -----

--- Gostaria, também, de realçar, a posição e a proatividade que mantivemos neste debate, nomeadamente com as explicações que foram dadas, quer pelo senhor Presidente da Junta de Oliveira Santa Maria, que informou aqueles que ademais possam não acompanhar estes assuntos, que as Assembleias Distritais nunca reuniram e nunca mais vão reunir. Ficamos a saber também, em pormenor e em detalhe, as informações prestada pela senhora Presidente da Junta de Riba de Ave, relativamente ao Conselho Municipal de Educação.-----

--- Para finalizar, gostava de registar aqui o apoio total e absoluto que o PSD dá à JSD na proposta que formulou, quanto à importância pelo menos da discussão da criação de uma eventual Comissão de Juventude Intermunicipal ou um órgão, enfim, com essa perspetiva e com esse funcionamento, e deixamos também este registo exatamente daquilo, estes debates não servem apenas para fiscalizar, servem para muito mais do que isso, servem para discutir e servem para apresentar deixas, as nossas pelo menos uma delas cá ficou.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Também começar por saudar este momento de balanço de discussão acerca da atividade dos deputados municipais, nas variadíssimas áreas de participação cívica, política da Assembleia Municipal e dos seus representantes. E começar por lamentar, nomeadamente, ou continuando lamentando, por exemplo, que o Conselho Municipal de Cultura, nunca se tenha reunido, quer dizer que seja uma entidade que pelos vistos não existe. Não deixa de ser sintomático de uma realidade de cultura, é uma coisa que não dá almoços e provavelmente nos faz refletir até sobre o que é que é importante para uma comunidade. E eu penso que a cultura será importante para uma comunidade. Portanto, eu penso aqui esta Assembleia Municipal terá que refletir sobre a ausência de qualquer iniciativa por parte deste Conselho Municipal de Cultura, o que é que isso significa e o que é que esta

Assembleia Municipal poderá fazer para que este Conselho tenha alguma vitalidade e até tenha alguma utilidade para a comunidade. -----

--- Depois, também, tentando concretizar uma interpelação que os senhores representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, nos deixam num eventual maior envolvimento por parte da Assembleia Municipal na sua atividade ao longo deste ano. Porque, quer queiramos, quer não, eu penso que este é um segmento da comunidade importantíssimo, não só pelo lado terapêutico que isto pode implicar, como pelo lado preventivo, porque quer queiramos, quer não, sem querer ser demasiado fatalista, aqui começarão certamente graves problemas de uma comunidade de crianças e jovens que manifestam os devidos comportamentos disruptivos, que se vê manifestar mais tarde ou mais cedo em casos de polícia, em casos de insegurança, em casos de violência, etc., etc.. -----

--- Eu penso que aqui a própria Assembleia Municipal, poderá ter um papel importante, nomeadamente sensibilizando a Câmara Municipal para o reforço de equipamentos de acolhimento temporário de crianças e jovens, de dotação de técnicos junto desta comissão, para atalhar o mais rápido possível e com a maior eficiência possível, todas e quaisquer situações de crianças de agregados familiares com problemas. Inevitavelmente não nos cabe a nós e pela natureza dos próprios processos, está-nos vedado analisar casos concretos ou ponderar acerca das suas incapacidades, das ineficiências da CPCJ eventualmente em casos concretos. Não é isso que nos interessa, interessa-nos avaliar esta questão no seu todo, na sua globalidade e eu penso que é aí nesse aspeto, acho que a Assembleia Municipal deverá ter uma especial atenção. -----

--- Novamente, termino, saudando que esta é uma questão importantíssima na participação dos membros da Assembleia Municipal nestas dinâmicas sociais, políticas e institucionais e daí saudá-lo.” -----

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE RIBA DE AVE (SUSANA PEREIRA)** – disse: -----

--- “Só para esclarecer que no Conselho Municipal de Educação nunca houve almoços nem jantares. O senhor deputado referiu que houve algumas reuniões que não se realizaram de algum conselho que não oferecia almoços nem jantares, neste também não, trabalhou-se muito.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Eu também já fui a alguns almoços e jantares do âmbito cultural, portanto isso também vale para tudo, devo dizer, é verdade, é verdade, mas pronto!” -----

--- Senhores deputados, estão distribuídos os relatórios, são certamente muito úteis agora para todos meditarmos também para além deste fórum. Este ponto da ordem de trabalhos não tem votação, é só mesmo para discussão.” -----

--- Solicitou a aprovação em minuta de ata todas as deliberações ali tomadas. -----

--- ***Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- Terminada a ordem de trabalhos, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não houve inscrições por parte do público. -----

--- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada às vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos: cinco, seis, sete e oito;-----

--- Minutas de ata referentes aos pontos cinco, seis, e sete. -----

